

Lendo Habermas com Habermas: um estudo do prefácio de 1990 da obra Mudança estrutural da esfera pública

Reading Habermas with Habermas: a study of the 1990 preface to The structural transformation of the public sphere

Ângela Cristina Salgueiro Marques¹

Universidade Federal de Minas Gerais

angelasalgueiro@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

Luís Mauro Sá Martino²

Faculdade Cásper Líbero

lmsamartino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-5099-1741>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_2

Resumo:

Como um autor lê sua própria obra décadas após sua publicação? Esta questão é particularmente importante quando se leva em conta que a obra em questão, *Mudança estrutural da esfera pública*, tornou-se um marco nos estudos de Comunicação Política desde sua primeira publicação em 1962. Este artigo analisa o prefácio do autor à edição de 1990, no qual faz uma extensa revisão e crítica da obra, destacando quatro aspectos: (1) as diferenças do ambiente midiático de 1962, 1990 e hoje; (2) a ambivalência da “esfera pública” como um conceito em cada caso; (3) a tensão entre a comunicação da mídia e a conversa pessoal que permeia o conceito; (4) a problematização da diferença e das assimetrias de poder na constituição da esfera pública. Esses

elementos são analisados no contexto de estudos críticos da obra.

Palavras-chave: Habermas; esfera pública; mídia; comunicação; diferença.

Abstract:

How does an author re-read his/her own work some decades after its publication? This question is particularly striking when one takes into the account that the work in question, *The structural transformation of the public sphere*, has become a milestone in Political Communication Studies since its first publication in 1962. This paper analysis Habermas' preface to the 1990 edition, an extensive review and self-criticism of the work, in order to highlight four aspects: (1) the differences of the media environment from 1962,

1990 and today; (2) the ambivalence of ‘public sphere’ as a concept in each case and (3) the tension between media communication and personal conversation that permeates the concept; (4) the problematization of difference and power asymmetries in the constitution of the public sphere. These elements are analyzed against the background of some critical studies of Habermas' work.

Keywords: Habermas; public sphere; media; communication; difference.

1 Ângela Cristina Salgueiro Marques é autora convidada desta edição de *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, CEIS20/Universidade de Coimbra. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFMG. Doutora em Comunicação Social pela UFMG. Pesquisadora bolsista do CNPq. É autora dos livros *Apelos solidários* (Intermeios, 2017), escrito com Angie Biondi; *Diálogos e dissidências: Foucault e Rancière* (Appris, 2018), com Marco Prado; *Ética, mídia e comunicação* (Summus, 2018), com Luis Mauro Sá Martino. Organizou o livro *Vulnerabilidades, justiça e resistências nas interações comunicativas* (SELO PPGCOM, 2018). Tradutora de *O método da cena* (Quixote Do, 2021), de Jacques Rancière.

2 Luís Mauro Sá Martino é autor convidado desta edição de *Mediapolis. Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público*, CEIS20/Universidade de Coimbra. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. Pesquisador bolsista do CNPq. É autor dos livros *Métodos de pesquisa em comunicação* (Vozes, 2018), *Teoria da comunicação* (Vozes, 2009), *Comunicação e identidade* (2010) e *The mediatization of religion* (Routledge, 2016). Publicou, em coautoria com Ângela Marques, os livros *Ética, mídia e comunicação* (Summus, 2018) e *No caos da convivência* (Vozes, 2020).

Introdução

Em seu prefácio à edição de 1990 de *Mudança estrutural da esfera pública*, Habermas (2014a) aponta um problema compartilhado com obras clássicas: a impossibilidade de mapear todos os seus desdobramentos, críticas, continuações e acionamentos ao longo do tempo. O próprio autor comenta que não consegue acompanhar os desenvolvimentos das ideias apresentadas no livro, dado o volume de produção derivada desde seu lançamento, em 1962. “Minha própria teoria mudou, embora menos em seus traços fundamentais do que no grau de sua complexidade”, explica Habermas (2014a, p. 36).

De fato, um mapeamento inicial, longe de ser exaustivo, mostra um número superlativo de produções com a palavra “esfera pública” em artigos, livros e dissertações, sem mencionar os eventos e obras de divulgação. Habermas (2014a, p. 35) ressalta se tratar de “uma publicação que, em diversas disciplinas, adquiriu o *status* de uma espécie de manual”.

Ao mesmo tempo, o autor menciona os limites e possibilidades de leitura, em 1990, de uma obra escrita quase

trinta anos antes, indicando sua dificuldade de fazer qualquer tipo de revisão ou atualização no texto: as transformações globais naquelas três décadas tornavam impraticável uma simples mudança, requerendo alterações de tal maneira substanciais que demandaria a escrita de um novo livro.

Ao reler o livro pela primeira vez, depois de quase trinta anos, quanto mais me sentia tentado a fazer modificações, tirar passagens e complementar outras, tanto mais fui tomando consciência do caráter evidentemente impraticável desse procedimento. (Habermas, 2014a, p. 35)

Por uma curiosa simetria, a escrita deste texto acontece também após três décadas do novo prefácio, o que prefigura uma oportunidade de extrapolar esses argumentos e pensar também as distâncias – política, social e epistemológica – percorridas pela ideia nesse período.

Aqui, a partir de uma leitura do Prefácio de 1990, são propostas reflexões sobre o sentido da ideia de “esfera pública”, destacando a

presença da mídia e da comunicação como seus elementos constitutivos. Destacam-se quatro aspectos: (1) as diferenças do ambiente midiático de 1962, 1990 e hoje; (2) a ambivalência da “esfera pública” como um conceito em cada caso, (3) a tensão entre a comunicação da mídia e a conversa pessoal que permeia o conceito; e (4) a problematização da diferença e das assimetrias de poder na constituição da esfera pública. Esses elementos são analisados no contexto de abordagens críticas da obra.

Estudos sobre a trajetória do conceito mostram não apenas sua vitalidade, como também sua plasticidade no sentido de permitir múltiplas adequações aos problemas levantados a cada nova leitura em épocas posteriores. Dessa maneira, não é de estranhar que várias autoras e autores mostrem, periodicamente, um levantamento desses desenvolvimentos. Textos como os de Goodnight (1992), Keane (1996), Esteves (2004), Eder (2006), Gomes e Maia (2008), Losekann (2009), Lubenow (2012), Bosco (2017), Siebeneichler (2018), ou Espíndola (2020) mostram esses desenvolvimentos e apropriações

*Por uma curiosa
simetria, a escrita
deste texto acontece
também após três
décadas do novo
prefácio, o que
prefigura uma
oportunidade de
extrapolar esses
argumentos e
pensar também
as distâncias*

críticas do conceito. A progressão das datas dessa produção sugere uma continuidade crítica das formas de diálogo com o conceito, bem como sua vitalidade, bem como suas aplicações práticas, como, a título de exemplo, em Correia e Maia (2011) e Rossetti e Pitombo (2020).

Em um estudo exaustivo sobre essa produção, Garcia et al. (2019), mapeando os percursos do conceito de “esfera pública” nas pesquisas de várias áreas do saber, assinalam a presença de 810 artigos científicos nas principais revistas – e pode-se apenas especular sobre os números em espaços fora dessa cartografia. Observar a maneira como Habermas reflete acerca da mídia em *Mudança estrutural da esfera pública* implica considerarmos seus apontamentos em torno das assimetrias de poder e das desigualdades. Sua concepção acerca dos fluxos de circulação de informação na esfera pública (*inputs* e *outputs* entre espaços públicos de deliberação e conversação informal) permanece em diálogo com situações estudadas pelo campo da Comunicação.

A esfera pública política se articula, tangencia ou “neutraliza”

conversações e debates que se estabelecem em outros espaços intersubjetivos de tematização de problemas públicos. A mídia é um desses espaços intermediários, mas com uma forma de atuação fortemente marcada pela imposição de poder e pela seleção e edição das opiniões que são formadas em outras arenas. Esse poder de “filtragem” da mídia é destacado por Habermas como polêmico: se, de um lado, a mídia publiciza debates que poderiam ficar restritos a espaços periféricos dessa rede, por outro lado, os agentes da mídia e as suas respectivas instituições permitem apenas a circulação de pontos de vista cuidadosamente selecionados, de modo a privilegiar alguns segmentos sociais e a salientar certos aspectos dos acontecimentos em detrimento de outros.

Habermas evidencia que nem sempre o papel da esfera pública é bem-sucedido em articular deliberações formais, informações da mídia e conversações políticas cotidianas. Mas, ele insiste em salientar que são justamente os embates argumentativos na esfera pública que conduzem a uma luta coletiva envolvendo a transformação de identidades, vínculos e

fazeres institucionais. A ação política e suas contingências emergem junto com os processos de articulação e desarticulação dessas esferas, a partir dos quais surgem novos vocabulários, quadros normativos, demandas de reconhecimento e formação da autonomia. Tais processos orientam o desenvolvimento de capacidades críticas e reflexivas voltadas para a autotransformação e para a responsabilidade ética.

A reflexão acerca da concomitância entre a formação de esferas públicas e a formação do sujeito político racional em Habermas permanece central para pesquisas em Comunicação e Política. Habermas nos revela como as ligações entre contextos de interação, linguagem e indivíduos substituem o confronto direto do homem com o mundo, revelando que os argumentos subjetivos são examinados por meio da justificação pública e recíproca obtida na comunidade de comunicação. Acreditamos que, por mais que a busca da autonomia política via justificação pública seja dificultada pela existência de atores moral e linguisticamente competentes e bem posicionados nos circuitos de

circulação das opiniões, a perspectiva de Habermas ressalta o demorado processo de desenvolvimento de habilidades comunicativas, expressivas e cognitivas que levam os sujeitos a elaborarem conjuntamente as injustiças que os afetam. Ele nos convida a analisar as interações concretas (e também as estruturas institucionais, políticas e culturais que as sustentam), para identificar suas condições reais e ideais de oferecer oportunidades de desenvolvimento e aprimoramento dessas habilidades em meio a coerções e também de resistências de várias ordens.

Os lugares da obra no tempo: 1962, 1990, 2021

Escrevendo em 1990, Habermas via o colapso do chamado “bloco comunista” em processo, com o Muro de Berlim tendo caído um ano antes – o ano seguinte, 1991, testemunharia o fim da União Soviética. A geopolítica do mundo original de *Mudança estrutural da esfera pública* havia mudado radicalmente, mas seus contornos ainda estavam imprecisos: o que aconteceria após o

fim da divisão do mundo em blocos “socialista” e “capitalista”?

As radicais transformações no ambiente da mídia, elemento central de discussão da obra, também são apontadas por Habermas no prefácio. O objeto de estudos inicial na concepção de uma ideia de “opinião pública” é fundamentalmente o jornalismo impresso do século XVIII, identificado pelo autor como processo que deriva de uma complexa aproximação da “esfera pública literária” com a “esfera pública política”. É importante salientar que, entre a esfera pública política e a esfera privada há um fluxo de temas “isento de limitações no qual é possível captar melhor novos problemas, conduzir discursos expressivos de auto-entendimento e articular, de modo mais livre, identidades coletivas e interpretações de necessidades” (Habermas, 1997, p. 33). Habermas enfatiza que a vitalidade da esfera pública política é sustentada por meio do intercâmbio que estabelece com os domínios privados através das conversações políticas e debates ligados à tematização e ao esclarecimento recíproco daquilo que é percebido pelos sujeitos

como injustiça¹. E esse intercâmbio é favorecido quando os sofrimentos e dramas particulares são “traduzidos” através de linguagens compartilhadas dispostas no campo da cultura.

Esse movimento é flexionado pelas modificações promovidas pela transformação desse jornalismo político em um produto, adequado às condições

de produção de um capitalismo igualmente em vias de se tornar o modo de produção hegemônico.

Em 1990 a televisão era o meio dominante, com um alcance e amplitude difícil de imaginar em 1962, quando a obra foi originalmente publicada. O entretenimento reorientou o uso do tempo livre na sociedade e, ao lado do jornalismo produzido por grandes corporações empresariais, encontrava na publicidade e no consumo um denominador comum em suas formas de captura do olhar e definição de modos de visibilidade e invisibilidade. As liberdades e conquistas dos movimentos de contestação no final dos anos 1960, sobretudo as ações afirmativas nas representações de gênero e raça, assim como Maio de 1968, haviam delineado outros horizontes para se pensar o “espaço público”.

A perspectiva de um direcionamento rumo a um mundo “sem conflitos” derivado da problemática tese sobre o “fim da história” levava a pensar as questões formuladas em 1962 dentro de outra luz que trabalhasse não um capitalismo em vias de constante reinvenção em sua oposição às possibilidades de um

modelo socialista, mas ao que parecia ser a afirmação, naquele momento, de um modelo de pensamento que se apresentava sem obstáculos – mas também encerrando em si uma série de contradições referentes às suas possibilidades de implementação em uma escala global agora transformada pela ausência de um bloco opositor.

Os posicionamentos assumidos pelo pensamento acadêmico também se transformaram nesse período: a crítica de Adorno e Horkheimer à indústria cultural, presença marcante na segunda parte de *Mudança estrutural da esfera pública*, mantinha sua vitalidade como parte integrante de um programa de pesquisa do qual Habermas era o herdeiro presumido – questão aberta e controversa, como já indicavam Calhoun (1992) ou Dryzek (1995) – e continuador. No entanto, outras vertentes de pensamento e análise, sobretudo a crítica francesa geralmente reunida sob os nomes de “estruturalismo” e “pós-estruturalismo”, traziam outros modelos de compreensão das relações sociais derivadas de uma leitura do pensamento de Saussure e de algumas vertentes do marxismo; os Estudos

1 Habermas (1991) apresenta uma forma de poder que dá origem a várias injustiças em processos de debate coletivo. Ele comenta como, na “comunicação sistematicamente distorcida”, ao menos um dos interlocutores age estrategicamente, apesar de adotar uma atitude orientada para o entendimento. Essa atitude é amparada por uma alteração nas condições de comunicação, ou seja, no pano de fundo ao qual se remetem os interlocutores. Há, segundo ele, uma violência estrutural na comunicação sistematicamente distorcida: ela opera como um bloqueio que produz restrições estruturais que limitam a expressão dos públicos. “Formas de repressão social podem criar raízes discretamente nos poros dos processos de compreensão de tal maneira que as formas de intersubjetividade difratada são danificadas e, ao mesmo tempo, enrijecidas. Se a organização externa do discurso não retransmitir mais pressão subjacente sobre a organização interna da fala, então esta perde sua flexibilidade e permeabilidade porque as ligações internas entre significado e validade, significado e intenção, e significado e as ações realizadas são interrompidas e bloqueiam a transferência intermodal de validade, ou seja, a transformação livre de coerção dos mesmos conteúdos proposicionais de um modo para outro” (Habermas, 1991, p. 226).

Culturais lançavam ao debate sobre mídia e comunicação dos anos 1960-1970 perspectivas mais nuançadas, procurando compreender as articulações – o termo é de Stuart Hall – dos produtos da indústria cultural, denominada “cultura pop” (“*popular culture*”, no original) com aspectos práticos da vida social em suas relações contraditórias de dominação e resistência.

As críticas recebidas pela própria obra de Habermas desde sua publicação original, e sobretudo após o surgimento da tradução em inglês, em 1989, levantaram problemas que não haviam sido abordados no texto original. A principal interlocução foi a partir das leituras feministas, em particular com Nancy Fraser (1985, 1990), questionando diretamente o ponto de vista da “esfera pública” como espaço uniforme, e indicando a ausência de tratamento das clivagens sociais de gênero, bem como as desigualdades de oportunidade e poder, presentes: à esfera pública como espaço igualitário de debate opunha-se uma visão das diferenças de acesso, dos processos de exclusão e das limitações de um debate voltado para as

várias demandas de grupos sociais não contempladas na perspectiva original do livro. Habermas (2014a, p. 44) aponta que “a exclusão das mulheres desse mundo dominado (de outro lado) por homens aparece de outra maneira, diferente daquela que eu havia visto na época”. Nas palavras do autor:

Torna-se patente nisso que a exclusão das mulheres também foi constitutiva para a esfera pública política, no sentido de que esta foi dominada por homens não apenas de modo contingente, mas foi determinada também em termos de gênero em sua estrutura e em sua relação com a esfera privada. (Habermas, 2014a, p. 41)

De fato, o lugar ocupado pelas mulheres na esfera pública, ainda nos séculos XVIII e XIX, momento estudado por Habermas, vem sendo amplamente revisado (Eger et al., 2001). Habermas (2014a, p. 41) indica a possibilidade de ter levado em consideração, “desde o começo”, a existência de “esferas públicas concorrentes e, com isso, consideramos a dinâmica daqueles processos

de comunicação excluídos da esfera pública dominante”. Na análise de Lúcia Pereira (2020, p. 43):

Em sua conceituação, essa esfera pública surge apoiada pela literatura e pela imprensa, instituição ideológica cuja gênese histórica coincide com a do conceito. Vale lembrar aqui o que significa para o autor o termo “público” acoplado à ideia espacial-geométrica de “esfera”: significações de publicização, de publicidade de ideias privadas que se tornam públicas, entram em situação de apresentação, de anúncio.

Vale recordar, antes de prosseguir, que o próprio autor não ficou, de maneira nenhuma, indiferente aos acontecimentos desses tempos. Ao contrário, sua atuação como pesquisador e professor sempre foi complementada por uma série de intervenções agudas em relação às questões contemporâneas, trabalhando reflexivamente em diversos textos, alguns deles reunidos em coletâneas como *Na esteira da tecnocracia* (2014b), *Textos e contextos* (2015b) ou *A nova obscuridade*

De fato, o lugar ocupado pelas mulheres na esfera pública, ainda nos séculos XVIII e XIX, momento estudado por Habermas, vem sendo amplamente revisado. (Eger et al., 2001)

(2015a) – que trazem como subtítulo, na edição brasileira que segue a *Suhrkamp verlag*, a especificação “Pequenos escritos políticos”. As décadas que se seguiram foram preenchidas com inúmeras reflexões políticas e filosóficas, e se neste trabalho essa produção é deixada de lado é apenas questão de foco, no sentido de sublinhar a importância de *Mudança estrutural da esfera pública* como texto fundador. É nesse sentido que podemos perguntar em que medida o “Prefácio” de 1990 poderia ser repensado no sentido de contemplar o alcance contemporâneo da obra?

Para ficarmos restritos à pesquisa em Comunicação, talvez o primeiro e mais relevante aspecto seja composto pelas transformações no ambiente das mídias após a liberação comercial da Internet, em meados dos anos 1990. A progressiva facilidade de acesso à rede e interação com esse ambiente, embora ainda longe de ser universal, permitiu nas décadas seguintes um grau de conexão, produção e disseminação de conteúdo inimaginável, tanto em 1962 quanto em 1990 – as duas datas, em termos de uma genealogia das mídias, ainda poderiam ser

caracterizadas dentro de um aspecto da “comunicação de massa”: diante dos cenários abertos pelas mídias digitais e, particularmente, pelas redes sociais, os anos 1960 e 1990 guardam mais semelhanças do que diferenças (McKee, 2005).

Há, nesse sentido, uma ampla e contínua discussão a respeito das potencialidades dos diversos ambientes da Internet em se constituírem como parte de uma “esfera pública”. Alguns dos trabalhos iniciais a respeito do tema, como Mitra (2001), Papacharissi (2002), Dahlberg (2001), Dahlgren (2002), Savigny (2002) ou Stromer-Galley (2002) pareciam apresentar uma visão promissora do assunto, já parametrizada por Maia (2006), Marques (2011) ou Martino (2009, 2014) e revista, em outra perspectiva, por Seridório e Luvizotto (2017) ou Oliveira e Silva (2020), trazendo as questões voltadas ao ambiente das mídias sociais.

Impulsionada pelos então populares “fóruns de discussão”, modelo tecnológico característico daquele período, a visão de uma “esfera pública conectada” parecia apresentar um horizonte novo para as práticas

de conversação pública, indicando a possibilidade da entrada de novos atores nas práticas deliberativas, com uma participação tendendo ao universal. Em última instância, o sonho de uma “democracia direta”, na qual todas e todos os cidadãos tivessem franqueado o acesso ao debate público, parecia se aproximar. A esfera pública conectada parecia estar plenamente estabelecida, apesar das negativas do próprio Habermas em considerá-la desse modo.

Quais negativas? Habermas (2006), em alguns textos, pareceu bastante reticente em considerar a Internet como uma forma ou manifestação do que havia apresentado em 1962 como “esfera pública”. A transposição do conceito, em sua complexidade, parecia efetivamente apresentar limitações no sentido de encontrar, na rede, algumas das principais condições responsáveis pela composição de um debate efetivamente público ou político. Embora nunca tenha efetivamente dedicado um texto de fôlego a essa questão, seu delineamento da questão, presente nas poucas menções ao tema, apresentava sérias desconfiças em relação ao

efetivo potencial deliberativo, ou mesmo democrático, da Internet.

Não deixa de haver alguma ironia, em termos acadêmicos, no fato da posição de Habermas ter se mostrado correta, ao menos em seus aspectos principais, a partir da década de 2010. A perspectiva da produção de conectividade por meio de espaços de interlocução das redes sociais, talvez na contramão do próprio discurso de integração, mostrou também muitos obstáculos: se considerarmos a lógica seletiva dos algoritmos, teremos ideia das dificuldades (e mesmo impossibilidades) da construção de espaços de debate nos moldes de uma “esfera pública” paritária e inclusiva.

Um crítico apressado poderia imediatamente argumentar, então, que a obra estaria ultrapassada, sendo, na melhor das hipóteses, uma perspectiva heurística interessante para integrar o “museu das teorias” e ser deixada como curiosidade conceitual de um período. No entanto, a potência hermenêutica de uma obra, como recorda o próprio Habermas em seus escritos epistemológicos, não se situa na capacidade de explicar um fenômeno em

sua superficialidade, mas de vê-lo no atravessamento de suas processualidades ao longo da história.

O espaço público e a esfera de debate como construção comunicacional

O lugar da mídia e da comunicação como operadores epistemológicos centrais em *Mudança estrutural da esfera pública* é amplamente problemático, sobretudo pela importância que a obra ganhou nas pesquisas sobre comunicação política. Seria possível, nesse sentido, arriscar uma pergunta, feita já em outros momentos (Marques & Martino, 2016): até que ponto há uma apropriação da obra ou apenas do conceito de “esfera pública”? Nas práticas de pesquisas, debate e avaliação, nota-se eventualmente a presença do conceito isolado de seu contexto original de publicação, como se a categoria “esfera pública” estivesse desvinculada de um conjunto de processos históricos e sociais que caracterizam seu surgimento e transformações.

Em termos epistemológicos, isso demanda um contínuo retorno às suas

origens no sentido de retomar suas possibilidades como operador hermenêutico e seu lugar como fenômeno identificado em um espaço e tempo – e, a partir daí, a posição ocupada pela mídia no surgimento e transformação de uma “esfera pública” vista não em sua dimensão como conceito separado de uma obra, mas como categoria sociológica capaz de dar conta dos problemas sobre os quais se debruça.

Vale, nesse aspecto, retomar o lugar de origem da obra, trabalhando a partir das indicações de Calhoun (1992). Originalmente, o trabalho foi uma tese de pós-doutorado defendida na área de Ciência Política na Universidade de Marburg, Alemanha. Não se trata, portanto, de um trabalho de Comunicação ou “Estudos de Mídia”, mas de um estudo de ciência política, de ampla inspiração histórica em diálogo direto com a perspectiva crítica marxista de Horkheimer e Adorno, mas também já apresentando alguns pontos de tensão com a perspectiva clássica associada aos dois filósofos.

A tese intitula-se originalmente *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Esta última palavra poderia ser traduzida como “publicidade”, derivada

da raiz “*öffent*”, ou “público”, a partir do sufixo “*keit*”. É interessante que, literalmente, as palavras alemãs para “globo” ou “esfera” não aparecem: “*Öffentlichkeit*” se refere a algo que envolve e está ao redor. Assim, embora as traduções em inglês e português apresentem a ideia de “esfera pública”, há outros sentidos possíveis. Em outras línguas, o sentido do título – e conceito-chave da obra – apresenta outras configurações. Não se trata, evidentemente, de uma crítica das opções de tradução, mas observar as ressonâncias em outros contextos acadêmicos, que permitem compreender aspectos presentes no trabalho.

A edição francesa, publicada pela editora Payot em 1988, opta por *L'espace public*, ao qual acrescenta, como subtítulo, “*Archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise*”. A ideia de “arqueologia” sugere, *a posteriori*, uma afinidade ou ressonância com algumas perspectivas de Michel Foucault, ao mesmo tempo em que desaparece a ideia de “mudança estrutural” do título alemão em prol de um destaque para a noção de “espaço público” como espaço comunicacional,

apontada em Esteves (2003), Goheneix (2005) e Lits (2014). A ideia de “publicidade” aparece, na perspectiva de “*Öffentlichkeit*”, como o ato de “tornar público” no sentido, talvez, de atingir ou preencher o espaço do título, mas como princípio normativo, lembra Estelle Ferrarese (2015, p. 26).

A perspectiva da palavra “publicidade” como algo vinculado ao “público” se apresenta como um problema para leituras e leitores de língua portuguesa, para quem a ideia está mais ligada aos anúncios do que propriamente ao ato de “tornar público”. A imprecisão conceitual é revista por autores como Rudiger (2012), que se refere à “publicística” para caracterizar a perspectiva que encontramos em Habermas: trata-se não da publicidade comercial, mas de “publicizar”, lançando no espaço público, uma determinada característica que poderia, de outra maneira, ficar restrita aos ambientes privados. O espaço público, aqui, se transforma no lugar de publicização de ideias no sentido de formar a “sociedade burguesa”. A ideia de “público” ganha outros contornos quando se pensa na tradução espanhola.

A edição da editora Gustavo Gilli, publicada em 1981, intitula a obra *Historia y Crítica de la Opinión Pública*, com o subtítulo “*La transformación estructural de la vida pública*”. A perspectiva da “mudança” no título original é substituída por uma perspectiva que remete a um processo mais amplo, uma “história” da opinião pública dentro de uma perspectiva crítica: ganhando em generalidade, o título aponta um movimento histórico que, sem estar presente no nome original, é efetivamente próximo – uma história moderna da concepção de “opinião pública”. Isso é reforçado, no subtítulo, da tradução de “*Strukturwandel*” por “*transformación estructural*”, enquanto “*Öffentlichkeit*” aparece como “vida pública”, lugar de formação da opinião pública. O livro, embora não seja uma história da opinião pública, aponta para as transformações do espaço público, enquanto espaço de formação da opinião.

Em português, a tradução de 1984 pela editora Tempo Brasileiro e de 2016 pela editora Unesp, bem como a norte-americana publicada pela MIT Press em 1989 acompanham o original na ideia de “Mudança

estrutural” e “*Structural transformation*”, mas traduz-se, nos dois casos, “*Öffentlichkeit*” por “esfera pública” em oposição à “esfera privada”. A diferença produzida, no caso, é conceitual: a definição do espaço de interação entre pessoas com vistas à formação de uma opinião sobre determinado assunto é imediatamente associada com o ato de estar fora dos domínios privados: é no espaço da *polis*, não do *oikos*, que existe lugar para a agonística do *logos* nas instâncias decisórias. A tomada de decisões, aqui, não se legitima senão nas possibilidades argumentativas de interlocutores livremente aptos a trazer suas demandas e reivindicações para esse espaço, como representantes de interesses particulares específicos. A tomada final de decisão, no sistema democrático, se sustentaria a partir da progressiva entrada, na esfera pública, dessas demandas a ela endereçadas. Para isso, torna-se necessário ganhar também a adesão de outras pessoas: o voto majoritário em uma questão requer um trabalho de debate e acordo.

Aí reside um dos principais tensionamentos da obra, presentes quando

se compara os títulos das traduções: a configuração dos processos de formação da opinião, na esfera pública, refere-se a um processo de entendimento ou da busca pelo convencimento? Esse problema é registrado, no prefácio de 1990, pelo próprio Habermas (2014a, p. 80): “de um lado, a criação comunicativa do poder legítimo; de outro, o uso manipulador do poder dos meios de comunicação para produzir a lealdade das massas, a informação e a *compliance* em relação aos imperativos sistêmicos”. Isso leva, mais tarde, a um questionamento:

[...] se e em que medida uma esfera pública dominada pelos meios de comunicação de massa fornece, aos portadores da sociedade civil, a oportunidade de competir auspiciosamente com o poder midiático dos invasores políticos e econômicos, ou seja, se e em que medida fornece a oportunidade real de mudar, abrir inovadoramente e filtrar criticamente o espectro de valores, temas e razões, canalizados de fora por meio da influência. (Habermas, 2014a, p. 84)

Há uma tensão, na obra, entre a perspectiva de tratar a formação da opinião pública como um processo intersubjetivo decorrente da troca mútua de ideias dentro de um ambiente propício, que formaria, a partir disso, algum tipo de conclusão ou entendimento relativo ao que se discute, e a proposição desse debate por meios de comunicação vinculados a uma lógica de produção referente a um regime econômico: em termos comunicacionais, a mudança estrutural parece se referir a uma passagem da perspectiva de comunicação como “conversação” para outra, talvez mais instrumental, como sinônimo de mídia – o que justificaria uma identificação com a perspectiva de Horkheimer e Adorno a esse respeito.

O debate acerca do lugar da mídia na esfera pública, em confronto ou complementaridade com a conversação, parece ser uma discussão constante nas leituras da obra. Enquanto autoras e autores como Eliasoph (1996), Herbst (1996), Kim, Wyatt & Katz (1999), Dahlgren (2002) e Graham (2008) apontam para certa ênfase na conversação em relação à mídia, outra linhagem representada,

entre outros, por Hallin (1988), Garnham (1992), Gomes (1998), Wessler e Schultz (2007) ou Marques e Maia (2008) ponderam a respeito da mídia como espaço de formação da opinião. A revisão feita por Habermas ao longo do tempo a respeito desse posicionamento sugere que tanto o hiperdimensionamento quanto uma redução da questão não são adequadas, e a construção teórica não se sustenta sem um contínuo tensionamento com casos específicos.

Esse entrelaçamento conceitual se apresenta como decorrência de uma opção epistemológica do autor em tratar a ideia de “opinião pública” dentro de uma processualidade histórica da qual emerge. Seu opositor complementar são as diversas pesquisas sobre o tema levadas a efeito desde os anos 1920 nos Estados Unidos. Há um silencioso diálogo de Habermas com as perspectivas dominantes em termos acadêmicos, contra as quais seu livro oferece um outro panorama de compreensão, mais complexo e multifacetado, assim como mais abrangente.

Quando *Mudança estrutural da esfera pública* aparece, em 1962, o

estudo clássico de Walter Lippman, *Public opinion*, completava quarenta anos e já havia estabelecido plenamente sua reputação como um dos livros fundadores desse campo de estudos. Lippman é um dos pioneiros em localizar a mídia – naquela época, fundamentalmente o jornalismo – como um dos principais agentes de formação da opinião pública, resultado sobretudo do retrato mental que se compõe do mundo a partir dessas informações.

Outro diálogo é com Paul Lazarsfeld, ex-colega de Theodor Adorno, com quem trabalhou nos anos 1940 no Instituto de Pesquisa da Universidade de Colúmbia, em Nova York. Seus trabalhos mais famosos sobre opinião pública, escritos geralmente com colegas, como *Voting*, *The people's choice* e *Personal influence* estudavam a formação da opinião a partir de retratos de alcance imediato, rigorosamente empíricos, resultados de entrevistas, *surveys* e outros tipos de medição que permitiam aferir as condições de formação e desenvolvimento da opinião – sobretudo eleitoral – de grupos e pessoas na sociedade.

Tanto Lippman quanto Lazarsfeld e seus colaboradores argumentavam

em prol da importância da mídia nos processos de construção da opinião pública, ainda que de maneira indireta, no caso do último. Tratava-se, no entanto, de uma perspectiva de curto ou médio prazo, interessada em compreender as mudanças geradas pela mídia nas perspectivas de voto ou opinião – e partindo, de certa maneira, do pressuposto desse poder.

Mudança estrutural da esfera pública se opõe a esse modo de pensar a “opinião pública” – talvez a ausência desse nome no título original possa ser um marcador da distância que se pretendia tomar dessa concepção. Habermas debruça-se em uma vasta pesquisa bibliográfica e documental para fundamentar sua argumentação, construindo a ideia de que as processualidades sociais das quais resultam a opinião pública precisam ser situadas em um contexto histórico mais amplo. No entanto, ao ressaltar as potências dos processos comunicacionais que encontram na conversação livre entre cidadãos privados sua forma por excelência cria, ao longo do livro, um problema: como tensionar o midiático e o comunicacional?

O tensionamento entre mídia e comunicação

O percurso do conceito de “esfera pública” na obra de Habermas não deixa de ser um pouco tortuoso. Embora seja um dos aspectos mais lembrados de sua obra, talvez mais do que a noção, igualmente central, de “ação comunicativa”, a ideia parece ter sido trabalhada de maneira paradoxalmente episódica em sua produção. Após o livro de 1962, o conceito volta a ser explorado de maneira mais ampla em *Entre facticidade e validade*, de 1992, além de um verbete de enciclopédia. Se, evidentemente, a preocupação com as questões da interação comunicacional e das formas de produção da democracia dentro de um espaço público deliberativo estão presentes em várias de suas obras, inclusive na *Teoria da ação comunicativa*, por outro lado, a abordagem específica dos modos de funcionamento da esfera pública parece ser consideravelmente mais restrita.

Para o campo dos estudos de Comunicação, isso significa uma dupla via a ser seguida quanto se pensa em acompanhar o pensamento de

Habermas sobre o assunto. Primeiro, situar a noção de “comunicação” dentro de sua obra. Se, em alguns momentos, a “comunicação” parece se apresentar como categoria central de seu pensamento, na medida em que as relações voltadas para o entendimento mútuo dentro de uma sociedade pluralista só podem se sustentar a partir de uma interação comunicacional entre os sujeitos, em outros momentos ela parece se reduzir a um aspecto bastante específico – a conversação sobre temas de interesse público em cenários particulares.

Segundo, e aparentemente ainda mais complexo, é situar a mídia dentro do conceito de esfera pública, sobretudo a partir de suas revisões e atualizações, tanto no prefácio de 1990 à *Mudança estrutural da esfera pública* quanto em *Entre facticidade e validade* e em outros textos esparsos. Na obra de 1962, como visto, a mídia parece ocupar um lugar de considerável importância no estabelecimento da troca pública de ideias nas origens do espaço público; é essa mesma mídia, com o jornalismo ocupando um lugar central, que se converterá em um dos fatores de

transformação dessa esfera pública. Mas o que, efetivamente, acontece depois?

Ao final de *Mudança estrutural da esfera pública*, observa-se a capitulação do jornalismo frente aos ditames de um mercado de produção cultural plenamente estabelecido; é necessário pensar, no entanto, quais desdobramentos isso teria a partir das alterações no ambiente midiático posteriores ao final do século XIX – justamente as mais cruciais, talvez. O jornalismo pode ser um produto da indústria cultural, mas não se reduz a isso: enquanto produção social, situa-se entre vários tensionamentos sem uma solução de compromisso ou continuidade, mas encontrando na dialética entre prática e mercado uma de suas dinâmicas de produção. Sua apropriação pela indústria da cultura não implica necessariamente uma adesão plena a esses princípios, como se não houvesse maneira alguma de desafiar os ditames dessa apropriação a partir de resistência e alternativas (Marcondes Filho, 1986).

No prefácio de 1990, Habermas aborda essa questão indicando o fato de ter dedicado à mídia um olhar

necessariamente negativo em relação à esfera pública em *Mudança estrutural da esfera pública*. Em sua reavaliação crítica, Habermas (2014a, p. 60) aponta:

Na época, julguei de maneira muito pessimista a capacidade de resistência e, sobretudo, o potencial crítico de um público de massa pluralista, muito diversificado internamente, que em seus hábitos culturais começava a superar as barreiras de classe.

Mas o que acontece com a noção de esfera pública a partir do momento em que o ambiente das mídias se transforma radicalmente? A emergência da televisão, no século XX, e das mídias digitais, no século XXI, como protagonistas de uma mudança nas formas de comunicação poderia significar efetivamente uma mudança também na esfera pública, ou esse circuito de produção midiática aparece apenas como uma dimensão acessória diante de processos sociais mais amplos?

Um ponto central para compreender essa discussão é o fato

de Habermas não tomar “mídia” como sinônimo de “comunicação”. A leitura próxima de sua obra parece insistir em uma distinção entre esses dois elementos na medida em que trata-se de dimensões diferentes da experiência.

Enquanto para Habermas, herdeiro de T. W. Adorno, o conceito de “mídia” parece se dirigir fundamentalmente ao aparato industrial e corporativo responsável pela produção em grande escala de informações (Polan, 1993); para Habermas, herdeiro de G. H. Mead, a noção de “comunicação” se apresenta como um processo interacional mais amplo de troca simbólica entre indivíduos.

O autor volta-se com ênfase para as questões comunicacionais, as possibilidades de elaboração de proferimentos, sua validade e reconhecimento, suas condições de justificação e refutação. Pode-se arriscar, perto de uma hipérbole, dizer que Habermas não é um teórico da mídia, mas autor de uma teoria da comunicação.

Isso também pode ser visto na maneira como Habermas se refere à mídia: em 1962, trata-se de um ponto importante na mudança da esfera

pública, mas não se confunde com ela; apenas em 1992, em *Entre facticidade e validade* (1997), ele mencionará a possibilidade de formação de uma “esfera pública midiática” como espaço de debates e, eventualmente, formação de uma opinião pública; recorde-se a mencionada recusa em considerar a Internet e o ambiente das mídias digitais como parte de uma “esfera pública”. Nessa mesma obra, Habermas (1997, p. 107) especifica mais alguns “tipos” de esferas públicas e suas características comunicacionais:

[...] esfera pública episódica (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública de presença organizada (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e esfera pública abstrata, produzida pela mídia (leitores, ouvintes e espectadores singulares e espalhados globalmente).

Aliás, mesmo quando, no texto de 1992, Habermas amplia a noção de “esfera pública” para o plural

“esferas públicas”, há uma qualificação em relação à “esfera pública midiática” como sendo uma delas, formada episodicamente como parte de outro conjunto de processos de formação da opinião a partir da relação entre sujeitos – exatamente o que parece faltar dentro de uma teoria da mídia.

No entanto, a “exclusão” ganha um outro sentido, menos radical, quando nas mesmas estruturas de comunicação se formam ao mesmo tempo várias arenas nas quais, ao lado da esfera pública burguesa hegemônica, surgem outras esferas públicas subculturais ou específicas de uma classe, com premissas próprias e não negociáveis. (Habermas, 2014a, p. 41)

Se o espaço público é formado na interação comunicacional entre sujeitos racionais, capazes de providenciar pontos de vista justificativos de seus proferimentos e proposições, a mídia estaria necessariamente distante de qualquer aspecto deliberativo; mesmo as redes sociais, com seu potencial de interação, efetivamente não estão

Enquanto para Habermas, herdeiro de T. W. Adorno, o conceito de “mídia” parece se dirigir fundamentalmente ao aparato industrial e corporativo responsável pela produção em grande escala de informações. (Polan, 1993)

destinadas de antemão a promover qualquer tipo de debate, mas à simples exposição de opiniões mais ou menos reguladas pela presença de algoritmos e outros elementos de controle e direcionamento da informação.

O aspecto, nesse ponto, é eminentemente relacional: nenhuma mídia que não permita o contato face a face direto entre os integrantes de um processo deliberativo poderia efetivamente tomar parte nesse tipo de ação – uma ação comunicativa dependeria, paradoxalmente, de certa distância das rotinas de produção da mídia como forma de produção e manutenção das condições ideais de deliberação, nunca atingidas, e talvez impossível de o serem, pela mídia.

É questionável, nesse ponto, em que medida a mídia se apresentaria como espaço de debate na medida em que os processos de edição e produção jornalística não têm como primeira ou principal preocupação garantir as condições de uma deliberação sobre assuntos de interesse público, mas reportar as diferentes posições a respeito de um tema. Na perspectiva de Esteves e Escudero (2015, p. 15)

A comunicação pública vale-se do processo, do movimento social e do seu contexto para vir à superfície. Parte do sujeito para retornar ao sujeito. Não é, assim, ditada a priori por modelos ou rótulos, mas o produto contingente dos seus próprios sujeitos (público e massa) e de um processo de aprendizagem colectiva relacionado com as possibilidades de transformação social.

Esses debates, situados originalmente na esfera pública, ganham contornos diferentes a partir de sua articulação com a “esfera pública mediada” indicada por Habermas, em um tensionamento de sua dimensão como produto vinculado a uma esfera econômica e como prática social eivada de ressonâncias políticas. Mas é em *Entre naturalismo e religião*, trabalho mais tardio, que Habermas (2007, p. 17) desenvolve a questão, mostrando uma preocupação com as questões que já se esboçavam naquele momento, e da qual o debate contemporâneo, ao menos em parte, descende:

Em nossa sociedade, dominada pela mídia, a esfera pública serve,

em primeiro lugar, como espaço da auto-representação daqueles que se destacam na sociedade por uma razão ou por outra. A finalidade das aparições em público reside na visibilidade ou na notoriedade. Astros e estrelas pagam por este tipo de presença nos meios de comunicação de massa o preço de uma confusão entre a sua vida privada e pública. Já a participação em controvérsias políticas, científicas ou literárias possui outra finalidade. Aqui, o entendimento sobre um tema substitui a auto-representação pessoal.

Mas é justamente a questão de quem pode aparecer e falar na esfera pública que permanece como um dilema polêmico para a prática política contemporânea.

Diferenças e assimetrias de poder na constituição de esferas públicas

Aparecer enquanto sujeito político na esfera pública envolve expor-se à avaliação e ao julgamento alheio. Habermas (2004) sinaliza que, na

interação comunicativa, os argumentos e as formas de vida e existência dos sujeitos são dependentes das condições morais de apreensão e reconhecimento:

Quanto mais o processo de individualização expande a vida interior de uma pessoa, ela se torna mais profundamente afetada pelo exterior, numa rede mais densa e frágil de relacionamentos de reconhecimento recíproco. Ao mesmo tempo, ela se expõe aos riscos de negação de reciprocidade. A moralidade do igual respeito por todos e cada um deveria, presumidamente, absorver esses riscos e ser definida para a inclusão dos marginalizados na rede de reconhecimento recíproco. (Habermas, 2004, p. 5)

A indicação de riscos e vulnerabilidades presentes nas redes de interação que configuram, por sua vez, redes de esferas conversacionais e políticas, conduz Habermas a tematizar a questão da empatia e dos sentimentos morais. Contudo, ele associa a empatia ao gesto de

“colocar-se no lugar do outro”, para “sentir-se como o outro”, o que se revela tarefa extremamente difícil e até mesmo impossível. A nosso ver, a empatia se realiza através do “sentir com o outro”, aproximando-se de seu lugar de experiência.

A empatia – isto é, a capacidade de experienciar o seu próprio caminho cruzando distâncias culturais para chegar a modos de vida, predisposições para reagir e perspectivas interpretativas estranhas e à primeira vista incompreensíveis – é um pré-requisito emocional para assumir o papel ideal que exige que todos adotem o ponto de vista de todos os outros. (Habermas, 1990, p. 112)

Assumir a perspectiva do outro (uma formulação que Habermas traz de George Herbert Mead) pode significar compreender reciprocamente os motivos e razões através dos quais os sujeitos produzem demandas de justiça. Essa compreensão recíproca seria a base das interações comunicativas e do laço social em Habermas. Contudo, quando “assumimos” ou “adotamos”

a perspectiva do outro não estamos apenas simpatizando com um ponto de vista. Trata-se de um trabalho ético de compreensão dos motivos e das razões que o outro apresenta para a validação de suas demandas e expectativas. Ainda que não estejamos de acordo com tais razões e que não seja nosso intuito assumi-las como nossas, elaboramos um gesto político de acolhimento, consideração e resposta ao clamor que vem do outro. Trata-se também de distinguir a perspectiva do outro daquela que sustento e, ainda assim, compreender e responder ao outro da melhor forma possível. Essa produção da resposta é foco, por exemplo, da filosofia de Honneth sobre o reconhecimento.

Mas Iris Young (2001) afirma que tanto Habermas quanto Honneth precisariam explorar mais o que significa a empatia definida a partir do sofrimento tematizado pela alteridade, pois falhar em adotar a perspectiva do outro pode tanto gerar o desejo de compreender melhor, quanto o desejo de aprofundar a violência e a vulnerabilidade do outro. Nesse sentido, ela destaca que uma forma agonística de empatia pode nos fornecer uma chave

mais complexa para o dilema ético que tensiona a consideração e a desfiguração ou desprezo pela injustiça feita ao outro.

A empatia agonística, mencionada por Seyla Benhabib (1996), se revela como gesto que se manifesta dentro de um certo regime de aparição, legibilidade e apreensão sensível do outro, sem desconsiderar as relações de poder. Em seu sentido mais amplo, essa forma de empatia desafia a permanência de códigos de inteligibilidade, alimentando o conflito com poderes que designam, enquadram, definem e modelam modos de vida passíveis de reconhecimento. Lembrando aqui que, segundo Young (2001), a demanda pelo reconhecimento não se restringe a um apelo pela aceitação de quem já somos, mas solicita um devir, uma transformação das condições valorativas e do imaginário que conferem humanidade a uma vida e às relações intersubjetivas. A nosso ver, a empatia não pode ser percebida como resposta que ameniza as assimetrias e desigualdades que definem as condições de reconhecimento e não reconhecimento de sujeitos e grupos.

A reconfiguração e alteração de tais condições está ligada ao argumento sustentado por Nancy Fraser, de que não é possível para os interlocutores de uma esfera pública deixar de lado (colocar entre parêntesis) diferenças de status para deliberarem como se fossem socialmente iguais. Para ela, há uma variedade de experiências interseccionais que compõem diferentes formas de expressão e compreensão, fazendo com que as conversações sociais sejam permeadas por vários tipos de assimetrias. Assim, “declarar que a esfera pública é uma arena deliberativa na qual não há distinções de status não é suficiente para revelar como as desigualdades influem no debate” (1990, p. 60).

O poder social capaz de impedir que as pessoas se tornem interlocutores em pé de igualdade deriva não apenas da dependência econômica e da dominação política, mas também de um sentido internalizado do direito que se tem de falar ou de não falar, da desvalorização do estilo de discurso de alguns indivíduos e da elevação de outros. [...] Assim, os princípios

que regulam processos de justificação recíproca nas esferas públicas são culturalmente específicos e frequentemente operam como formas de poder que silenciam ou desvalorizam o discurso de alguns. (Young, 2001, p. 370)

Fraser (1990) e Young (2001) destacam a importância de se incorporar o interesse privado e as experiências singulares ao debate, uma vez que sua anulação em prol de um “nós” ou do interesse coletivo, impede que os participantes possam esclarecer seus interesses. A tematização das próprias experiências e a identificação e nomeação de injustiças é um processo político importante e que envolve o exercício de “encontrar as palavras certas para expressar pensamentos e sentimentos, além da construção de uma forma de endereçá-los aos demais para que possam ser ouvidos, considerados e respondidos” (Fraser, 1990, p. 64).

Benhabib (1996, p. 298) acentua o quanto é importante considerar as “circunstâncias contingentes, históricas e afetivas que fazem os indivíduos adotarem um ponto de vista

ético-universalista” ao se dedicarem ao debate crítico em uma rede heterogênea de esferas públicas, compostas de múltiplas formas de articulações, conversações e contatos de cooperação. Nessa rede, as justaposições de arenas (nas quais uma iniciativa não apaga a outra, mas coexistem) não ocorrem sem conflitos, dissidências e tensões, pelo contrário. Contudo, nelas os interesses individuais não competem com os interesses coletivos, mas ambos interagem de maneira reflexiva e complementar. Segundo ela, quando entendemos a conexão entre múltiplas esferas de comunicação como, ao mesmo tempo, anti-hierárquica, conflitiva e aberta a possibilidades de cooperação, não haveria necessidade de reprimir ou suprimir a diferença. O problema ocorre justamente quando as conexões entre as esferas são configuradas a partir de identificações políticas polarizantes, orientadas para a manutenção de privilégios e não para questões de justiça coletiva e para condições democráticas de reconhecimento recíproco.

Além disso, não é apenas a conexão entre as esferas que precisa

considerar a multiplicidade de formas de vida, mas também as formas de participação possíveis para diferentes públicos. Nem sempre ter a chance de participar de um debate significa que haverá oportunidades concretas de expressar, apresentar e tematizar diferenças e desigualdades. Nem todos os contextos comunicativos proporcionados por esferas públicas são capazes de promover condições paritárias de reconhecimento ou mesmo de consideração de demandas distintas. E nem todos esses contextos se configuram como espaços de representação paritária: ao lado da proporção desigual de falas consideradas há também uma desigualdade extrema entre corpos que podem ser vistos e avaliados como prova de uma expressão de vida legitimada socialmente como digna de respeito e estima.

Por isso mesmo, expectativas de reconhecimento de alguns grupos tendem a não ser atendidas, pois não se resumem a uma mera inclusão em quadros de sentido dominantes, exigindo uma complexa e lenta operação de criação de um outro imaginário, de uma outra forma de vida, na qual a

experiência desses sujeitos e grupos possa ser valorizada como relevante.

Essa observação nos conduz novamente à questão da expressão dos interesses e experiências particulares nas esferas públicas de debate. Fraser (1990) discorda da pressuposição de que o discurso nas esferas públicas deveria se restringir à deliberação acerca do bem comum, e que o aparecimento de interesses privados e de questões privadas seria sempre uma ameaça indesejável.

A discussão reflexiva que dá vida à esfera pública nos possibilitaria expressar nossos desejos, sentimentos e necessidades de modo a reconhecer quais são aqueles que pertencem ao domínio do julgamento pessoal e quais são aqueles que deveriam ser compartilhados e entendidos como pertencentes ao âmbito coletivo da justiça, das normas e dos direitos. Mas, para isso, os interesses específicos de grupos e sujeitos também precisam ser apreciados.

Quando os participantes da discussão visam à unidade – o apelo a um bem comum para o qual todos devem deixar para trás suas

experiências e interesses particulares – as perspectivas dos privilegiados dominarão, provavelmente, a definição desse bem comum. Pede-se aos menos privilegiados que deixem de lado a expressão de suas experiências, o que pode demandar um idioma diferente, ou suas reivindicações por direitos e interesses são afastadas em consideração a um bem público cuja definição contém um viés contra eles. (Young, 2001, p. 376)

Young (2001) e Fraser (1985, 1990) argumentam que existem preocupações e experiências que dificilmente podem ser generalizadas e universalizadas: assim, esferas públicas inclusivas deveriam acolher parâmetros diversos de percepção do mundo, constituídos por meio de experiências subjetivas, e interesses subjetivos constituídos por uma trajetória particular e pela vontade de questionar e colocar em pauta determinados temas e não outros.

Para isso, a empatia auxilia a enxergar a história do outro conectada à minha própria história, os interesses do outro aos meus próprios interesses.

Segundo Benhabib (1986), é ao conversar e debater com os outros, com os quais possuímos divergências de interesses, que podemos entender os custos para a obtenção do que é bom para eles, os constrangimentos práticos aos seus desejos, as possíveis soluções para seus dilemas e o que eles prezam de maneira mais profunda. Negar a presença do auto-interesse no processo de discussão sobre questões de interesse coletivo pode, muitas vezes, impedir a formação de vínculos de solidariedade e respeito mútuo. Os participantes de uma conversação política não deixam de lado suas situações e desejos particulares para adotarem um ponto de vista universal. Eles se deslocam entre uma posição que focaliza suas necessidades pessoais e uma postura de reconhecimento das demandas dos outros. Essas demandas são generalizáveis no sentido de que elas “podem ser reconhecidas sem violar os direitos de outros ou submetê-los à dominação” (Young, 1990, p. 107).

Tal perspectiva revela que a autonomia é resultado de um processo ético, no qual nossas realizações são alcançadas sempre em interdependência e, por

isso mesmo, sempre em condições de vulnerabilidade (exposição ao Outro). Alcançar a autonomia implica assumir a responsabilidade derivada de nossas conexões, necessidades e vínculos, o que requer olhar com mais vagar e cuidado para as situações, os encontros, os afetos e as práticas de escuta que envolvem o contato com a alteridade, o que implica obstáculos comunicativos e presença de vulnerabilidades.

Trazer as demandas subjetivas e particulares para as conversações públicas não é tarefa fácil. Primeiro porque vários grupos e coletivos possuem experiências políticas pautadas pela depreciação e desvalorização de seus pontos de vista e interesses:

As mulheres, por exemplo, têm sido socializadas de modo a colocar os interesses de outros sempre adiante de seus próprios interesses, o que interfere no modo como interpretam os próprios interesses. A articulação do interesse próprio tem um papel legítimo na deliberação democrática, particularmente em discussões de justiça distributiva. Uma deliberação legítima deveria contemplar o critério de auxiliar

os cidadãos a entenderem melhor seus interesses, sejam esses interesses forjados com vistas ao bem comum ou não. (Mansbridge, 2009, p. 229)

Segundo, porque, como destacam Young (1990) e Mansbridge et al. (2010), a inclusão do interesse pessoal no processo de debate que configura as esferas e redes de esferas públicas pode fazer com que as experiências de determinados grupos sejam qualificadas como defesa da manutenção de privilégios, ou como ação egoísta que diverge da preocupação coletiva com o bem comum.

Se grupos oprimidos desafiam a suposta neutralidade de pressupostos e políticas prevalecentes e expressam suas próprias experiências e perspectivas, suas demandas são vistas como enviesadas, como interesses egoístas e especiais que desviam de um interesse geral e imparcial. O compromisso com um ideal de imparcialidade torna difícil expressar a parcialidade do ponto de vista supostamente geral, e também dificulta reclamar uma voz para os oprimidos. (Young, 1990, p. 116)

Como, então, aproximar interesses embasados em valores inconciliáveis? Como superar o ódio, a intolerância e o desrespeito que minam os debates democráticos? Ou melhor, como dialogar com os outros mesmo havendo manifestações de ódio e incivilidade nas trocas comunicativas? Young (2001) indica que apostar nas interações que valorizam as diferenças pode nos ajudar a compreender como as interações comunicativas que formam esferas públicas transformam a maneira de pensar e reconfiguram os interesses pessoais e coletivos.

Diferença não quer dizer distinção total, mas significa que cada posição tem consciência de que não compreende a perspectiva dos que estão diferentemente situados, no sentido de que as diferenças não podem ser assimiladas. Há, portanto, uma lição a tirar das outras perspectivas quando comunicam seus significados, precisamente porque as perspectivas estão além umas das outras e não são redutíveis a um bem comum. Esse processo de expressão mútua de experiências e pontos de vista

que transcendem o entendimento inicial de cada um constitui uma transformação de opiniões. (Young, 2001, p. 377)

Sujeitos em interação demandam reconhecimento não só da validade de seus proferimentos, mas também de seu “status” de agentes moralmente responsáveis e dotados de autonomia para se orientarem por suas experiências e justificarem suas opções e escolhas de como gerir a própria vida. Dito de outro modo, o não reconhecimento deriva da perpetuação de um imaginário moral que torna as formas de vida desigualmente avaliadas e, portanto, assimetricamente expostas a condições de opressão. Nesse sentido, o reconhecimento da validade das normas que sustentam esferas públicas de debate está intrinsecamente ligado à luta por reconhecimento das identidades particulares e coletivas dos indivíduos.

Nossa aposta, junto com as autoras acima citadas, é a de que as condições de reconhecimento da alteridade necessitam de um outro modo de fabular o mundo através das próprias instâncias midiaticizadas do

imaginário. A mídia e seus gêneros discursivos fazem parte do espaço-tempo de narração do mundo e das formas de vida e, justamente por isso, devem ser interpeladas constantemente em seu processo de apagamento ou iluminação de determinadas existências no fluxo de circulação. Sob esse viés, operações de apagamento e de aparecimento de formas de vida conectam-se às avaliações morais que dão forma à empatia agonística, isto é, à tensão que mantém o atrito entre a intolerância e a escuta; o avizinhamento e a indiferença.

Considerações finais

É relativamente raro, na obra de um autor, encontrar comentários críticos e revisões a aspectos fundamentais de um de seus principais livros. No entanto, essa prática é uma das constantes na trajetória de Jürgen Habermas, presente sobretudo a partir de suas obras dos anos 1970, na qual dialoga extensamente com autoras e autores a respeito de pontos fundamentais de suas concepções. A partir do final dos anos 1980, esse diálogo se estabelece também com as críticas recebidas por

seus trabalhos anteriores, levando a inéditas mudanças de posicionamento e, em alguns casos, revisões de conceitos. É esse o caso do prefácio à edição de 1990 de seu primeiro e mais conhecido trabalho, *Mudança estrutural da esfera pública*, de 1962.

Com ampla disseminação nas décadas seguintes, essa obra gerou tanto desenvolvimentos e aplicações particulares quanto críticas, às quais o autor responde parcialmente nesse prefácio. Trata-se de uma oportunidade relativamente rara de acompanhar um trabalho em curso, atento às mudanças sociais e epistemológicas de uma época. A proposta, aqui, foi fazer essa “metaleitura”, ou “ler Habermas com Habermas”, observando suas críticas e considerações sobre o texto de 1962 após trinta anos. A nosso ver, a noção de esfera pública habermasiana continua sendo um recurso conceitual e prático para pensar a maneira como processos políticos ganham seus contornos através da ação da linguagem, das condições de visibilidade e de consideração de diferentes sujeitos e modos de vida, em meio a institucionalidades neoliberais desiguais, injustas e opressoras. Os constrangimentos

de poder e as diferenças entre as maneiras como públicos variados interpretam injustiças e as apresentam sob a forma de demandas merecem, contudo, as frequentes reconsiderações e reformulações contextuais ao conceito de Habermas.

Diante da devastação das vidas e das sociedades governadas pelo neoliberalismo, diante do aumento dos ódios, do repúdio às diferenças, dos preconceitos de gênero, classe e raça e da valorização de políticas individualistas e meritocráticas, como pensar o papel das esferas públicas como processo central às democracias? Acreditamos que tal papel seja ainda de tematizar, de maneira explícita, as inúmeras desigualdades e violências que dificultam a implementação de uma ética comunicacional, orientada pelo reconhecimento recíproco e pela escuta das demandas em sua pluralidade.

Referências bibliográficas

- Benhabib, S. (1986). *Critique, norm, and utopia: A study of the foundations of Critical Theory*. New York, NY: Columbia University Press.

- Benhabib, S. (1996). The democratic moment and the problem of difference. In S. Benhabib (Ed.), *Democracy and difference* (pp. 3-18). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Bosco, E. (2017). Habermas e a esfera pública: Anotações sobre a trajetória de um conceito. *Sinais*, 21(2), 184-210. <https://doi.org/10.25067/s.v21i2.18456>
- Calhoun, C. (1992). Introduction. In *Habermas and the public sphere* (pp. 1-48). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Correia, J. C., & Maia, R. C. (Eds.) (2011). *Public sphere reconsidered: Theories and practices*. Covilhã: Universidade de Beira Interior.
- Dahlberg, L. (2001). The internet and democratic discourse. *Information, Communication & Society*, 4(4), 615-633. <https://doi.org/10.1080/13691180110097030>
- Dahlgren, P. (2002). In search of the talkative public: Media, deliberative democracy, and civic culture. *Javnost – The Public*, 9(3), 5-26. <https://doi.org/10.1080/13183222.2002.11008804>
- Dryzek, J. (1995). Critical theory as a research program. In S. K. White (Ed.), *The Cambridge companion to Habermas* (pp. 97-119). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eder, K. (2006). The public sphere. *Theory, Culture and Society*, 23(1), 607-611. <https://doi.org/10.1177/0263276406062705>
- Eger, E., Grant, C., Gallchoir, C. O., & Warburton, P. (2001). Introduction. In *Women, writing and the public sphere 1700-1830* (pp. 1-26). Cambridge: Cambridge University Press.
- Eliasoph, N. (1996). Making a fragile public: A talk-centered study of citizenship and power. *Sociological Theory*, 14(3), 262-89. <https://doi.org/10.2307/3045389>
- Espíndola, R. J. (2020). Esfera pública e mass media: Gênese, manipulação e despolitização do espaço público em Jürgen Habermas. *Razão e Fé*, 22(1), 26-39.
- Esteves, J. P. (2003). *Espaço público e democracia: Comunicação, processos de sentido e identidades sociais*. Rio Grande do Sul: Unisinos.
- Esteves, J. P. (2004). Espaço público: Os públicos como nova forma de sociabilidade. In A. C. Rubin (Ed.), *Comunicação e política* (pp.128-180). Salvador: Edufba/Unesp.
- Esteves, J. P., & Escudero, R. C. (2015). O novo público da esfera pública e a reconceptualização do consenso como *topos* da comunicação pública. *Comunicação Pública*, 10(17), 1-17. <https://doi.org/10.4000/cp.915>
- Ferrarese, E. (2015). *Ethique et politique de l'espace public. Habermas et la discussion*. Paris: Vrin.
- Fraser, N. (1985). What's critical about critical theory? The case of Habermas and gender. *New German Critique*, 35(1), 97-131. <https://doi.org/10.2307/488202>
- Fraser, N. (1990). Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80. <https://doi.org/10.2307/466240>
- Garcia, A. S., Pereira, J. R., Alcântara, V. de C., & Prado, J. W. do. (2019). Produção científica sobre esfera pública: Um estudo bibliométrico em múltiplas áreas do conhecimento (1970-2015). *Administração Pública e Gestão Social*, 11(1), 2-15. <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v11i1.1650>
- Garnham, N. (1992). The media and the public sphere. In C. Calhoun (Ed.),

- Habermas and the public sphere* (pp. 359-376). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Goheneix, A. (2005). De l'espace public comme concept à l'opinion publique comme fait social. *Raisons Politiques*, 19(3), 5-7. <https://doi.org/10.3917/rai.019.0005>
- Gomes, W. (1998). Esfera pública e os media: com Habermas, contra Habermas. In A. C. Rubim, I. M. G. Bentz, & M. J. Pinto (Eds.), *Produção e recepção dos sentidos midiáticos* (pp.155-185). Petrópolis: Vozes.
- Gomes, W., & Maia, R. C. (2008). *Comunicação e democracia: Problemas & perspectivas*. São Paulo: Paulus.
- Goodnight, T. (1992). Habermas, the public sphere and controversy. *International Journal of Public Opinion Research*, 4(3), 243-255. <https://doi.org/10.1093/ijpor/4.3.243>
- Graham, T. (2008). Needles in a haystack: A new approach for identifying and assessing political talk in nonpolitical discussion forums. *Javnost – The Public*, 15(2), 17-36. <https://doi.org/10.1080/13183222.2008.11008968>
- Habermas, J. (1990). Jürgen Habermas: Morality, society and ethics – an interview with Torben Hviid Nielsen. *Acta Sociologica*, 33(2), 93-114. <https://doi.org/10.1177/000169939003300201>
- Habermas, J. (1991). A Reply. In A. Honneth, & H. Joas (Eds.), *Communicative action: Essays on Jürgen Habermas's The Theory of Communicative Action* (pp. 214-264). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Habermas, J. (1997). *Direito e democracia: Entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2004, novembro). Public space and political public sphere: The biographical roots of two motifs in my thought. *Commemorative Lecture*. Kyoto. Consultado a 22 de setembro de 2021, em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiUwY7H-gpPzAhVJ8OAKHRwbCAIQF-noECBAQAQ&url=http%3A%2F%2Fikessharpless.pbworks.com%2Ff%2FKyoto_lecture_Nov_2004%2C%2520Jurgen%2520Habermas.pdf&usg=AOvVaw3VM5Z1NRTn5dE_E4dG-17r
- Habermas, J. (2006). Political communication in media society: Does democracy still enjoy an epistemic dimension? The impact of normative theory on empirical research. *Communication Theory*, 16(4), 411-426. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2006.00280.x>
- Habermas, J. (2007). *Entre naturalismo e religião*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2014a). Prefácio 1990. In *Mudança estrutural da esfera pública* (pp. 35-87). São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2014b). *Na esteira da tecnocracia*. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2015a). *A nova obscuridade*. São Paulo: Editora Unesp.
- Habermas, J. (2015b). *Textos e contextos*. São Paulo: Editora Unesp.
- Hallin, D. C. (1988). The American news media: A critical perspective. In J. Forester (Ed.), *Critical theory and public life* (pp. 121-146). Cambridge, MA: The MIT Press.
- Herbst, S. (1996). Public expression outside the mainstream. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 546(1),

- 120-131. <https://doi.org/10.1177/0002716296546001011>
- Keane, J. (1996). Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação e Política*, 3(2), 6-28.
- Kim, J., Wyatt, R., & Katz, E. (1999). News, talk, opinion, participation: The part played by conversation in deliberative democracy. *Political Communication*, 16(4), 361-385. <https://doi.org/10.1080/105846099198541>
- Lits, M. (2014). L'espace publique: Concept fondateur de la communication. *Hermès*, 70(3), 77-81. <https://doi.org/10.3917/herm.070.0075>
- Losekann, C. (2009). A esfera pública habermasiana, seus críticos e as possibilidades do uso deste conceito no contexto brasileiro. *Pensamento Plural*, 4, 37-57. <https://doi.org/10.15210/pp.v0i4.3684>
- Lubenow, J. A. (2012). A esfera pública 50 anos depois. *Trans/Form/Ação*, 35(3), 189-220. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732012000300010>
- Maia, R. C. (2006, junho). *Democracia deliberativa e tipologia de esfera pública*. Trabalho apresentado no XV COMPÓS, Bauru. Consultado a 22 de setembro de 2021, em www.compos.org.br/data/biblioteca_442.pdf
- Mansbridge, J. (2009). A conversação cotidiana no sistema deliberativo. In Â. C. S. Marques (Ed.), *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas* (pp. 207-237). Belo Horizonte: Autêntica.
- Mansbridge, J., Bohman, J., Chambers, S., Estlund, D., Føllesdal, A., Fung, A., Lafont, C., Manin, B., & Martí, J. L. (2010). The place of self-interest and the role of power in deliberative democracy. *The Journal of Political Philosophy*, 18(1), 64-100. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9760.2009.00344.x>
- Marcondes Filho, C. (1986). *Quem manipula quem?* Petrópolis: Vozes.
- Marques, Â. C. S. (2011). Aspectos teórico-metodológicos do processo comunicativo de deliberação online. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 6, 19-40. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200002>
- Marques, Â. C. S., & Maia, R. (2008). A conversação sobre temas políticos em contextos comunicativos do cotidiano. *Política & Sociedade*, 7(12), 143-175. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2008v7n12p143>
- Marques, Â., & Martino, L. M. S. (2016). *Mídia, ética e esfera pública*. Belo Horizonte: PPGCOM-UFMG.
- Martino, L. M. S. (2009). *Teoria da comunicação*. Petrópolis: Vozes.
- Martino, L. M. S. (2014). *Teoria das mídias digitais*. Petrópolis: Vozes.
- McKee, A. (2005). *The public sphere: An introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mitra, A. (2001). Marginal voices in cyberspace. *New Media and Society*, 3(1), 29-48. <https://doi.org/10.1177/1461444801003001003>
- Oliveira, C. G., & Silva, R. M. (2020). Democracia e esfera pública no mundo digital. *Redes*, 8(3), 105-129. <http://dx.doi.org/10.18316/redes.v8i3.4639>
- Papacharissi, Z. (2002). The virtual sphere: The internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(1), 9-27. <https://doi.org/10.1177/14614440222226244>
- Pereira, L. H. (2020). O conceito de esfera pública e a teoria pós-colonial do jornalismo. *Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo*. 10(26),

- 40-53. <https://doi.org/10.46952/rebej.v10i26.337>
- Polan, D. (1993). The public's fear, or media as monster in Habermas, Negt and Kluge. In B. Robbins (Ed.), *The phantom public sphere* (pp. 33-41). Minneapolis, MN: Minnesota University Press.
- Rossetti, R., & Pitombo, P. (2020). Habermas na prática. *Questões Transversais*, 8(16), 85-95.
- Rüdiger, F. (2012). A trajetória da publicística como proposta criadora de uma ciência da comunicação autônoma nos países de língua alemã. *Comunicação & Sociedade*, 3(57), 103-128. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v33n57p103-128>
- Savigny, H. (2002). Public opinion, political communication and the internet. *Politics*, 22(1), 1-8. <https://doi.org/10.1111/1467-9256.00152>
- Seridório, D., & Luvizotto, C. (2017). Internet como espaço de deliberação e participação política. *Comunicação & Sociedade*, 39(3), 79-110. <https://doi.org/10.15603/2175-7755/cs.v39n3p79-110>
- Siebeneichler, F. B. (2018). O conceito esfera pública no pensamento habermasiano. *Logeion*, 5, 84-96. <https://doi.org/10.21728/logeion.2018v5n0.p84-96>
- Stromer-Galley, J. (2002). New voices in the public sphere. *Javnost – The Public*, 9(2), 23-42. <https://doi.org/10.1080/13183222.2002.11008798>
- Wessler, H., & Schultz, T. (2007). Can the mass media deliberate? In R. Butsch (Ed.), *Media and public spheres* (pp.15-27). New York, NY: Palgrave Macmillan.
- Young, I. (1990). *Justice and the politics of difference*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Young, I. (2001). Comunicação e o outro: Além da democracia deliberativa. In J. Souza (Es.), *Democracia hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea* (pp. 365-386). Brasília: Editora UnB.

